

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO - CSE
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ECONOMIA E RELAÇÕES
INTERNACIONAIS

CRÉDITO COOPERATIVO DO PRONAF E AGRICULTURA FAMILIAR
O CASO DA CREDICARU

MÔNIA DALL'AGNOL

Florianópolis (SC), Junho de 2012.

MÔNIA DALL'AGNOL

CRÉDITO COOPERATIVO DO PRONAF E AGRICULTURA FAMILIAR

O CASO DA CREDICARU

Monografia submetida ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharelado.

Orientador: _____

Profº Dr. Valdir Alvim da Silva

Florianópolis (SC), Junho de 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 8,0 (oito) à aluna MÔNIA DALL'AGNOL na disciplina CNM 5420 – Monografia, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharelado em Ciências Econômicas.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Valdir Alvim da Silva
Orientador – CNM/CSE/UFSC

Prof. Dr. Armando de Mello Lisboa
CNM/CSE/UFSC

Prof. Msc. Luiz Mateus da Silva Ferreira
CNM/CSE/UFSC

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família pelo apoio, carinho e amor em todos os momentos da minha vida. Ao meu noivo Maico por todo o companheirismo e amor. Ao professor Valdir Alvim da Silva pela sua dedicação e orientação. A oportunidade de poder cursar uma Universidade Federal e por todo o conhecimento adquirido. Aos meus amigos que sempre estiveram ao meu lado. Por todas as pessoas que de alguma forma contribuíram para a minha formação e realização deste trabalho. Meu muito obrigado!

RESUMO

DALL'AGNOL, Mônia. **Crédito Cooperativo do Pronaf e Agricultura Familiar: o caso da Credicarú.** Florianópolis, 2012. 57f. Monografia (Graduação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico.

Este trabalho destaca a importância do cooperativismo de crédito para o desenvolvimento rural, tendo como base as linhas de crédito do Pronaf disponibilizadas para a agricultura familiar. A pesquisa definiu como objeto de investigação a estrutura da unidade familiar de um grupo de tomadores de crédito cooperativo do município de São José do Cerrito na microrregião serrana dos Campos de Lages, Santa Catarina. É destacada a importância dos financiamentos para dez tomadores, compondo a amostra da pesquisa, a partir dos Projetos de Melhoramento da Propriedade Rural elaborados pela Epagri para a região. Com base nas informações prestadas nas fichas cadastrais dos associados da Cooperativa Sicoob Credicarú, leva em consideração os resultados econômicos sobre a renda, o emprego, a produtividade e o investimento das famílias beneficiadas. O plano de descrição analisa, portanto, o papel das cooperativas de crédito como agentes financeiros de grande importância para o desenvolvimento da agricultura familiar, proporcionando a diversificação de atividades, aumento da produção e geração de mais renda.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Cooperativismo de Crédito; Credicarú; Pronaf.

ABSTRACT

DALL'AGNOL, Mônia. **Crédito Cooperativo do Pronaf e Agricultura Familiar: o caso da Credicaru**. Florianópolis, 2012. 56f. Monografia (Graduação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico.

Importance of the final cooperativism to rural development based on Pronaf credit plans to familiar agriculture is the main subject of this monograph. The investigation object of the research is the familiar structure unit of a cooperative credit clients from *São José do Cerrito*, which is a small village of *Campos de Lages* in *Santa Catarina, Brazil*. It is enlighten the importance of credit given to a sample of ten families, based on the microregion Rural Properties Upgrade Projects elaborated by Epagri. The parameters to give credit to the families are: budget, employment, productivity and family investments, based on the cadastral profiles of Sicoob Credicaru Cooperative. Therefore, the description plan analyses the role of the financial cooperative as great importance financial agents to the familiar agriculture; providing activities diversification, increasing production and generating more income to the families.

Key words: Financial Cooperativism, familiar agriculture, Credicaru, Pronaf.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.	FUNAGRI – evolução das subcontas (1964 – 1986).....	19
Figura 2.	Municípios da microrregião de atuação da Credicar.....	37

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.	Brasil: Fundos públicos para agricultura e indústria (1964-1986).....	21
Quadro 2.	Classificação do público alvo do Pronaf	24
Quadro 3.	Pronaf: linhas de crédito para apoio financeiro	26
Quadro 4.	Tomador por linha de crédito do Pronaf.....	39
Quadro 5.	Características da mão-de-obra familiar ocupada, por sexo	40

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.	Patrimônio – Benfeitorias	41
Tabela 2.	Patrimônio - Máquinas e implementos.....	42
Tabela 3.	Utilização das áreas da propriedade	43
Tabela 4.	Principais produtos produzidos	43
Tabela 5.	Produção - categoria animal.....	47
Tabela 6.	Máquinas financiadas	48
Tabela 7.	Implementos financiados	48
Tabela 8.	Animais financiados	49
Tabela 9.	Custeio do Feijão.....	50
Tabela 10.	Custeio do Milho.....	51
Tabela 11.	Custeio da Cebola.....	51
Tabela 12.	Custo de produção produtos agrícolas.....	52

LISTA DE ABREVIATURAS

AGF	Aquisições do Governo Federal
BACEN	Banco Central do Brasil
BANCOOB	Banco Cooperativo do Brasil
BANSICREDI	Banco Cooperativo Sicredi
BCC	Banco de Crédito Cooperativo
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEPA	Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola
CEPAGRO	Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo
CMN	Conselho Monetário Nacional
COCECRER	Cooperativa Central de Crédito Rural de Santa Catarina
CREDICARU	Cooperativa de Crédito Rural de São José do Cerrito
CREDITAPIRANGA	Cooperativa de Crédito Rural Itapiranga
CV	Cavalo Vapor
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FUNAGRI	Fundo Geral para Agricultura e Indústria
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e reforma Agrária
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
OCESC	Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina
ONG	Organização Não Governamental
PAC	Posto de Atendimento Cooperativo
PRONAF	Programa Nacional De Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROVAP	Programa de Valorização da Pequena Produção Rural
SAF	Secretaria da Agricultura Familiar
SAU	Superfície Agrícola Útil
SICOOB	Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural

SUMÁRIO

RESUMO.....	5
ABSTRACT.....	6
LISTA DE FIGURAS.....	7
LISTA DE QUADROS.....	8
LISTA DE TABELAS.....	9
LISTA DE ABREVIATURAS.....	10
CAPITULO I. CRÉDITO COOPERATIVO E DESENVOLVIMENTO RURAL: O CASO DA CREDICARU DA MICRORREGIÃO SERRANA DE SANTA CATARINA.....	12
1. O PROBLEMA.....	12
1.1. INTRODUÇÃO.....	12
1.2. FORMULAÇÃO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA.....	13
1.3. OBJETIVOS.....	13
1.3.1. OBJETIVO GERAL.....	13
1.3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	14
1.4. JUSTIFICATIVA.....	14
1.5. METODOLOGIA.....	15
CAPITULO II. DESENVOLVIMENTO REGIONAL E PRODUÇÃO RURAL.....	16
2.1. ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO: MERCADOS REGIONAIS E PRODUÇÃO RURAL.....	16
2.2. POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E RURAL: MELHORIA DAS CONDIÇÕES SOCIAIS.....	17
2.3. AGRICULTURA FAMILIAR E O DESENVOLVIMENTO: O PRODUTOR E A PROPRIEDADE RURAL.....	22
2.4. POLÍTICAS DE CRÉDITO RURAL: O PROGRAMA NACIONAL DE AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF).....	23
2.5. COOPERATIVISMO DE CRÉDITO E O DESENVOLVIMENTO RURAL.....	27
CAPITULO III. O CASO DA CREDICARU: CARACTERÍSTICAS DAS PROPRIEDADES FAMILIARES E PERFIL DOS FINANCIAMENTOS.....	34
3.1. CARACTERÍSTICAS DA MICRORREGIÃO SERRANA DE SÃO JOSÉ DO CERRITO.....	34
3.2. CARACTERÍSTICAS DA SICOOB/SC CREDICARU.....	35
3.3. PROJETOS DE MELHORAMENTO DAS PROPRIEDADES RURAIS: ACESSO AO PRONAF.....	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
RECOMENDAÇÕES PARA PESQUISAS FUTURAS.....	55
REFERÊNCIAS.....	56

CAPITULO I. CRÉDITO COOPERATIVO E DESENVOLVIMENTO RURAL: O CASO DA CREDICARU DA MICRORREGIÃO SERRANA DE SANTA CATARINA

1. O PROBLEMA

1.1. Introdução

O desenvolvimento rural sofreu atraso em quase todos os países em desenvolvimento pois há muitas políticas que privilegiam as indústrias e as áreas urbanas deixando de lado a área rural, sendo que para estes países o desenvolvimento ainda é visto como sinônimo de rápida industrialização.

Desde a década 1960, fundos e programas financeiros públicos foram constituídos para financiamento da agricultura, cujas fontes eram provenientes de instituições financeiras nacionais e internacionais, públicas, multilaterais e privadas. Nesta mesma década foi criado o Sistema Nacional de Crédito Rural com objetivos de ser a base para toda a política do setor rural.

O programa mais recente criado pelo governo federal para incentivar a agricultura familiar foi o Pronaf, em 1995, visando construir um conjunto de medidas integradas que proporcionassem melhores condições para o desenvolvimento dos pequenos municípios do país, sobretudo para aqueles que dependem da agricultura para geração de renda e oportunidades de emprego. Sendo este um programa estratégico do governo federal, o Pronaf tenta qualificar as intervenções oficiais inovando em termo de política pública, pois agora os pequenos agricultores não precisam disputar as fontes de recursos com os grandes proprietários.

1.2. Formulação da Situação-Problema

Uma das maneiras que as unidades familiares podem ter acesso a estes programas, é através das cooperativas filiadas ao Sicoob/SC que hoje se fazem presentes em diversos municípios do estado de Santa Catarina.

As cooperativas exercem função importante na intermediação de recursos dos programas do governo federal junto a seus associados, contribuindo assim para aumentar a produtividade, gerar empregos e melhorar a renda dos agricultores familiares.

Tendo em vista que o município de São José do Cerrito tem muito a se desenvolver e a Cooperativa de Crédito Sicoob Credicarú está contribuindo por ser a principal instituição financeira no local, buscamos realizar a pesquisa neste município para observar os mecanismos da política de crédito vinculados à agricultura familiar, e de que forma eles são aplicados no âmbito do desenvolvimento regional e se manifestam para a produção rural local.

Neste contexto, a questão problemática está em identificar como o crédito cooperativo do Sicoob Santa Catarina impacta economicamente nas pequenas propriedades familiares que usufruem dos recursos disponibilizados, e seus impactos para a política de desenvolvimento no pequeno município de São José do Cerrito pertencente a microrregião dos Campos de Lages do Estado de Santa Catarina.

1.3. Objetivos

1.3.1. Objetivo Geral

Analisar a contribuição das linhas do crédito cooperativo do PRONAF com a disponibilidade dos recursos no caso da Sicoob Credicarú na cidade de São José do Cerrito, microrregião dos Campos de Lages, Santa Catarina, no período de 2007 a 2011.

1.3.2. Objetivos Específicos

1. Explorar os conceitos relacionados ao desenvolvimento regional e a produção rural da agricultura familiar na perspectiva histórica do cooperativismo de crédito;
2. Analisar os Indicadores de Acesso das famílias beneficiadas com as linhas de crédito cooperativo do PRONAF, contemplando as características das propriedades dos tomadores de crédito, seu patrimônio, as despesas e as receitas dentro das atividades desenvolvidas;
3. Destacar a contribuição do crédito cooperativo para a agricultura familiar visando a ampliação da produção na economia local, proporcionando elevação da produtividade, da renda, incremento do patrimônio, do emprego dos fatores para o desenvolvimento econômico da cidade de São José do Cerrito.

1.4. Justificativa

Os produtores rurais, tendo maior facilidade de acesso ao crédito, através das cooperativas de crédito, investem em suas propriedades aumentando a produção e conseqüentemente a produtividade através de implementos e máquinas agrícolas, que facilitam o processo de produção. Com a redução da mão de obra, estes investimentos incentivam a população a continuar as atividades no meio rural, visto que a cada ano aumenta o índice de famílias que migram da zona rural para a zona urbana. Em razão disto, torna-se relevante o levantamento de informações de fontes primárias para se detectar os objetos constitutivos dos financiamentos sobre os quais se pretende alavancar o desenvolvimento rural, e analisados os resultados, amplie-se e crie-se mais incentivos para que novas políticas sejam implementadas para beneficiar este setor da economia.

1.5. Metodologia

O presente trabalho tem por objetivo geral investigar uma parcela de tomadores de crédito rural proporcionado por recursos do crédito cooperativo na microrregião de São José do Cerrito e observar os impactos sobre o desenvolvimento da região. Para atingir este objetivo foi realizado uma pesquisa bibliográfica em diversos autores que tratam do tema do cooperativismo de crédito rural, tais como, Burigo (2007; 2010), Montoya (2002); o desenvolvimento rural em Kageyama (2004), Sacco dos Anjos (2003), Bresser-Pereira (2006); Llorens (2001); o desenvolvimento regional com Siqueira e Filho (2011); cooperativismo e bancarização em Niski (2011); os Indicadores de Acesso foram analisados a partir dos projetos de melhoramento da propriedade rural elaborados pela Epagri, e com base nas informações prestadas nas fichas cadastrais de 10 (dez) produtores rurais associados da Cooperativa Sicoob Credicarú, compondo a amostra da pesquisa num total de cinquenta e cinco operações de crédito do Pronaf liberadas com recursos do Bndes no período de 2007 a 2011.

Nos projetos de melhoramento da propriedade rural e nas fichas cadastral do associado foram analisadas as informações pertinentes aos dados da área plantada, produção, tipo de produtos cultivados, atividades agrícolas e pecuárias desenvolvidas nas propriedades, tipo de mão de obra utilizada, se familiar ou terceirizada; quantidade de dias dedicados às atividades, o patrimônio do proprietário, os objetos do financiamento.

Com base nesses critérios a pesquisa buscou atender a problemática principal da investigação, verificando em que medida as pequenas propriedades utilizam os recursos disponibilizados pelo governo federal e como estes contribuem para o aumento da produtividade, geração de renda e o desenvolvimento microrregional.

A pesquisa realizada pode ser classificada como uma pesquisa descritiva, pois tem como principal objetivo descrever as características de determinada população, os tomadores de crédito cooperativo na cidade de São José do Cerrito, microrregião serrana de Santa Catarina no período de 2007 a 2011.

CAPITULO II. DESENVOLVIMENTO REGIONAL E PRODUÇÃO RURAL

Entendendo que o desenvolvimento econômico é um fenômeno histórico, Bresser-Pereira (2006) diz que ele passa a ocorrer nos países ou Estados-nação que realizam sua revolução capitalista, e se caracteriza pelo aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante, acompanhado por sistemático processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico. Após o arranco, o desenvolvimento econômico tende a ser relativamente automático ou autossustentado na medida em que mecanismos de mercado envolvem incentivos no sistema capitalista para um aumento contínuo do estoque de capital e de conhecimentos técnicos.

Isto, no entendimento de Bresser-Pereira, não significa, porém, que as taxas de desenvolvimento serão iguais para todos: pelo contrário, variarão substancialmente dependendo da capacidade das nações de utilizarem seus respectivos estados e sua principal instituição econômica, o mercado, para promover o desenvolvimento. No longo prazo dificilmente regride, porque a acumulação de capital em uma economia tecnologicamente dinâmica e competitiva, como é a capitalista, passa a ser uma condição de sobrevivência das empresas, mas as taxas de crescimento econômico são tão díspares que fica claro que a sorte econômica dos Estados-nação está longe de estar assegurada.

2.1. Estratégias de desenvolvimento: mercados regionais e produção rural

Dois fatores fundamentais para determinar o desenvolvimento econômico são destacados por Bresser-Pereira (2006): a taxa de acumulação de capital em relação ao produto nacional, e a capacidade de incorporação de progresso técnico à produção. O fator principal a determinar a maior ou menor aceleração do desenvolvimento capitalista é a existência ou não de uma estratégia nacional de desenvolvimento. Na medida em que uma sociedade nacional revela suficiente capacidade quando se trata de competir internacionalmente, ela aproveitará melhor os recursos e as instituições de que dispõe para crescer. O crescimento da produtividade de um país depende, diretamente, da acumulação de capital e da incorporação de progresso técnico à produção. Investimento e progresso técnico, por sua vez, dependem,

em geral, da qualidade das instituições formais (políticas, leis) e informais (práticas sociais ou usos e costumes) que cada sociedade nacional estiver adotando.

Para Bresser-Pereira (2006) quando uma sociedade é capaz de conformar essas instituições e políticas econômicas para que elas assumam o caráter de uma estratégia nacional de competição internacional, aumenta a probabilidade de que as taxas de desenvolvimento sejam mais altas. Quando uma economia está em pleno processo de crescimento é sinal de que existe uma estratégia nacional de desenvolvimento, que seu governo, seus empresários, técnicos e trabalhadores estão trabalhando de forma consertada na competição econômica com as demais nações. Quando uma economia começa a crescer muito lentamente, senão a estagnar, é sinal de que sua solidariedade interna está em crise e que perdeu a ideia de nação, e, portanto, que já não conta com dois elementos necessários para que se mantenha.

Llorens (2001) enfatiza que junto à economia mais dinâmica e polarizada, existem outros circuitos de acumulação, como é o caso da agricultura familiar, setor informal, micro e pequenas empresas e suas organizações e redes que produzem para mercados locais e regionais. O desenvolvimento econômico se concretiza nos cenários reais que são territórios locais. O impulso do desenvolvimento econômico com equidade social e sustentabilidade do meio ambiente obriga a formulação de políticas mistas, que, juntamente com as medidas destinadas a alcançar os principais equilíbrios macroeconômicos, ativem as potencialidades existentes no território, para o qual os governos regionais e locais devem desempenhar um papel decisivo, facilitando a criação de instituições de desenvolvimento produtivo e empresarial.

2.2. Políticas de desenvolvimento regional e rural: melhoria das condições sociais

O desenvolvimento regional pode ser entendido como uma política para melhorar as condições sociais da população e reduzir as diferenças entre as regiões, que a partir da avaliação do capital fixo, relacionado às empresas e à infraestrutura física e social, disponível em determinada região, pelo nível educacional da população, e pelos índices sociais e de renda. Sendo assim, para tratar a questão regional, é necessário partir da ótica regional, onde a

economia é entendida a partir do somatório das atividades econômica localizadas em determinados espaços onde se localizam essas atividades econômicas, que tanto pode ser um estado, um município ou uma mesorregião (SIQUEIRA e FILHO 2001).

Para Kageyama (2004) o desenvolvimento rural implica a criação de novos produtos e serviços, associados a novos mercados e procura formas de redução de custos a partir de novas trajetórias tecnológicas. Tenta reconstruir a agricultura não apenas no nível de estabelecimentos, mas em termos regionais e da economia rural como um todo.

Segundo Sacco dos Anjos (2003), o esquema de desenvolvimento rural ergueu-se sobre duas estratégias: diversificar e aglutinar. A diversificação é o incentivo e iniciativa que o agricultor e sua família têm para explorar suas atividades. A aglutinação consiste que os resultados obtidos pela diversificação sirvam para garantir a família um nível de vida socialmente aceitável.

Vale ressaltar que a especialização produtiva conduz à instabilidade e dependência exclusiva daquela atividade e a diversificação da atividade permite um grau maior de autonomia e ocupação plena da força de trabalho do grupo doméstico.

Em 1949, a política agrícola brasileira começou a reconhecer a importância do crédito como instrumento de fomento e de transformação da agricultura e do meio rural. Assim o crédito rural passou a ser a peça chave nas políticas de desenvolvimento do país.

Com as recomendações dos planos voltados para o desenvolvimento do país, a proposta de empregar o crédito na agricultura brasileira foi institucionalizada pelo Estado Brasileiro em 1965. Neste mesmo ano foi posto em prática o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), e com este sistema o governo pretendia criar mecanismos que garantissem o financiamento da atividade agrícola com taxas subsidiadas e com prazos mais longos (ALVIM, 2009). Para Alvim o SNCR foi a mola mestra de toda a política do setor rural operando com linhas de crédito de diferentes origens de recursos, finalidades e condições de contratação.

Estas linhas constituem os fundos financeiros públicos para o financiamento da agricultura e da indústria, como o Funagri, que reunia uma série de outros fundos, cujas fontes eram provenientes de instituições financeiras nacionais e internacionais, públicas, multilaterais e privadas (ALVIM, 2009).

Na Figura 1 são apresentados os fundos e programas do SNCR subordinados ao Funagri, além daqueles criados ao longo do tempo, compreendendo praticamente o longo período de implantação do pacote tecnológico no Brasil pelo regime militar (1964 e 1986).

Conta FUNAGRI: Evolução das subcontas (1964-1986)

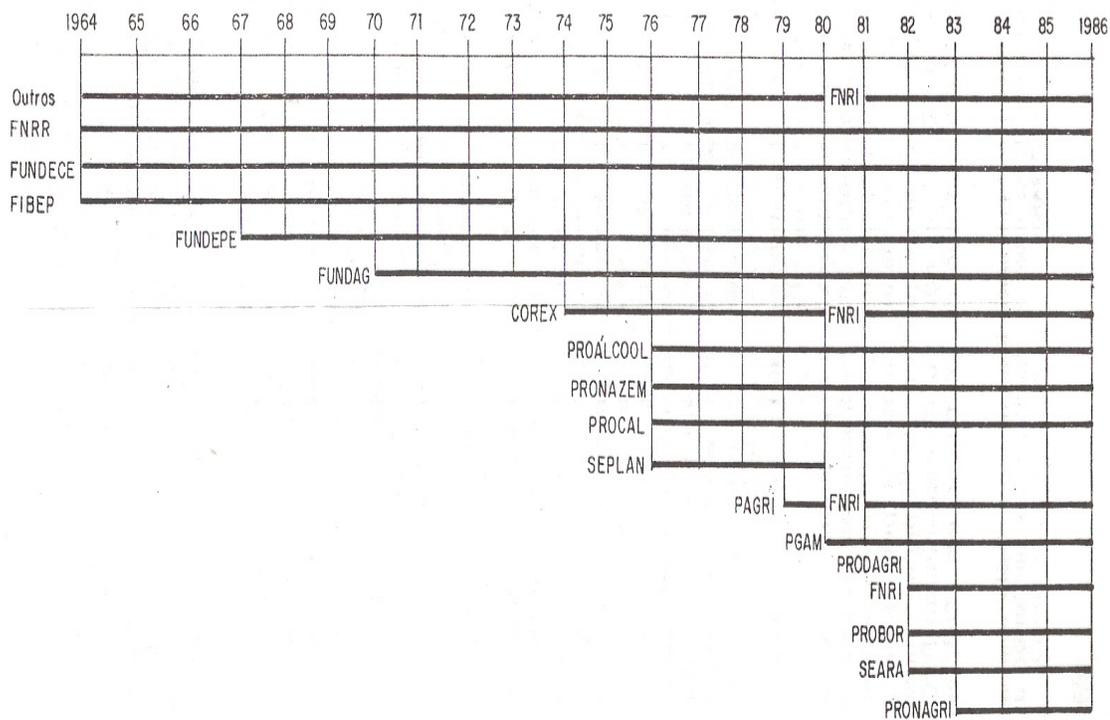


Figura 1. FUNAGRI – evolução das subcontas (1964 – 1986)

Fonte: ALVIM, 2009, p. 79

No quadro 1 abaixo, podemos observar com certo grau de detalhamento a composição dos fundos e os objetivos a que foram instituídos.

Sigla	Fundos/Programas	Objetivos
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural	Criado em 1965 - Mola mestra de toda a política do setor rural
FUNAGRI	Fundo Geral para Agricultura e Indústria	1. Regulamentado em julho de 1965 - Administrado pelo Banco Central; reunia o FUNDECE, FIBEP e FNRR; 2. Recursos provenientes de entidades financeiras nacionais e internacionais; 3. Recursos mobilizados pelo Bacen no mercado; 4. Saldos remanescentes das contas relacionadas
FUNDECE	Fundo de Democratização do Capital de empresas	1. Criados em 1964 e 1965; 2. Repasse de recursos externos; 3. Incentivo a programas e projetos de modernização agrícola sob coordenação do Estado;
FIBEP	Fundo de Financiamento à Importação de Bens de Capital	
FNRR	Fundo Nacional de Refinanciamento Rural	
FFAMEI	Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais	
FUNDEPE	Fundo para o Desenvolvimento da Pecuária	Criado em 1967 - Resultado de acordos com o BIRD (Banco Mundial) obtidos através de projetos de desenvolvimento para a criação de gado;
FUNDAG	Fundo Especial para o Desenvolvimento Agrícola	Criado em 1970; Recursos provenientes da venda no mercado interno dos estoques suplementares do café; 1. Estímulo as exportações de produtos agropecuários; 2. Estímulo ao aumento de produtividade na agricultura; 3. Resolver eventuais pontos de estrangulamento surgidos na comercialização
PROÁLCOOL	Programa Nacional do Alcool	Criado em 1976, a partir de 1979 é financiado pelo Bndes a partir de vultosos recursos repassados pelo Banco Mundial vinculados diretamente à administração do Proálcool
SEPLAN	Conta com subscrição de ORTNs	Financiamento de Programas com dotação junto ao Banco Central
PROCAL	Programa Nacional de Calcário Agrícola	Recursos externos operados com o SNCR
COREX	Programa de Corredores de Exportação	Recursos externos e internos visando desenvolver corredores de transporte para cereais, carne congelada, alimentos e rações
PRONAZEN	Programa Nacional de Armazenagem	Elevar a capacidade de armazenagem
PAGRI	Programa Agroindústria	1 - O Programa Agroindústria (PAGRI) tem por objetivo aumentar a escala de industrialização de produtos de origem vegetal e animal; 2 - O PAGRI tem por metas: a) assegurar o atendimento do crescente consumo interno; b) proporcionar excedentes para colocação no mercado externo; c) regular a oferta de gêneros alimentícios " in natura", como consequência da expansão do parque industrial beneficiador. 3 - O PAGRI é desenvolvido no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Rios de Janeiro, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal. 4 - O PAGRI está subordinado às normas de caráter geral aplicável ao crédito agroindustrial.
FNRI	Fundo Nacional de Refinanciamento da Indústria	Criado em 1982 - fundos especiais com a incorporação do COREX, PAGRI E PRODAGRI, POLAMAZONIA, POLONORDESTE, Café, etc.
PGPM	Política de Garantia de Preços Mínimos	Incorporada a FUNAGRI em 1980

PRONAGRI	PRONAGRI Programa Especial de Financiamento a Agroindústria	Financiamento de atividade industrial de beneficiamento ou transformação de produtos agrícolas
PROASAL	Programa Sucro-Alcooleiro	Criado em 1983 - utiliza quase um terço dos recursos administrados pelo Banco Central no auxílio as empresas sucro-alcooleiras;
FISET	Fundo de Investimento Setorial	Administrado pelo Banco do Brasil, compreende 3 contas: turismo, pesca e reflorestamento. Supervisionado pela SUDEPE e IBDF;
FIPEME	Fundo de Financiamento da Pequena e média empresa	Criado em 1965 - Administrado pelo Bndes, recursos para compra de equipamentos, instalações e montagens para a pequena e média empresa, e marginalmente para o setor agroindustrial
FINAME	Agência de Financiamento de Máquinas e equipamentos	Criada em 1964 - Administrado pelo Bndes, para aquisição de equipamentos nacionais e importados; financiamento de setores de produtos alimentares e da indústria têxtil; repassa recursos de outros programas (Bacen e BB).
FRE	Fundo de Reaparelhamento Econômico	Administrado pelo Bndes, recursos externos para modernização e benfeitorias para a indústria em geral, químicas, metalúrgicas, mecânicas, material elétrico, possui alguma ligação com o setor agroindustrial, marginalmente têxtil e de vestuário.
FUNGIRO	Fundo especial para o Financiamento de Capital de Giro	Administrado pelo Bndes
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Incentivos "não-financeiros" colocados pelo Estado em favor da indústria
EMBRATER	Empresa Brasileira de Extensão Rural	Incentivos "não-financeiros" colocados pelo Estado em apoio ao produtor
BNCC	Banco Nacional de Crédito Cooperativo	Repasses de bancos oficiais em apoio as cooperativas através de ajuda financeira direta federal ou estadual

Quadro 1. Brasil: Fundos públicos para agricultura e indústria (1964-1986)

Fonte: ALVIM, 2009, p. 79

Búrigo (2007) destaca alguns aspectos que devem ser levados em conta na abordagem sobre o desenvolvimento rural. Um destes aspectos está relacionado às novas definições do que se entende por meio rural. Este autor diz que vários autores (Carneiro, Graziano da Silva, Wanderley) destacam que mais do que o aspecto geográfico é necessário somar aspectos jurídicos, sociais, culturais para distinguir o que é exatamente um setor rural ou urbano na sociedade. Outro aspecto está no equívoco de se relacionar o meio rural exclusivamente com as atividades primárias da agricultura e da pecuária. Búrigo (2007) comenta que Turnes (1996) diz que o espaço rural precisa ser transformado num local de atividades econômicas múltiplas e dinâmicas, que permitam aos moradores que ali vivem ter acesso às condições dignas de vida, como aquelas das áreas urbanas.

Assim, há a necessidade de parcerias com instituições financeiras para fomentar estes tipos de atividade econômica, como é o caso Bndes que tem como desafio promover a modernização da economia e contribuir efetivamente para o desenvolvimento social, manutenção e geração de emprego e redução das disparidades regionais.

Sendo assim, a agricultura familiar pode dedicar-se à exploração de atividades diversificadas de forma coletiva ou individual, que vai além da tradicional produção primária. O agroturismo e as agroindústrias de transformação em pequena escala representam um grande potencial para esse tipo de unidade econômica.

2.3. Agricultura familiar e o desenvolvimento: o produtor e a propriedade rural

Para Búrigo (2010) a agricultura familiar é uma atividade de grande importância socioeconômica e representa um modo de vida e uma alternativa econômica considerada como elemento estratégico para a construção de um estilo de desenvolvimento que valorize os preceitos da sustentabilidade. A valorização do modo de vida particular das características e potencialidades econômicas, culturais e sociais das regiões onde a agricultura familiar está presente passa pela reestruturação e qualificação dos serviços financeiros existentes.

Assim, Portugal (2004) destaca que a agricultura familiar, constituída por pequenos e médios produtores, representa a maioria dos produtores rurais do Brasil. Estes agricultores possuem baixo nível de escolaridade e diversificam os produtos cultivados para diluir o custo, aumentar a renda e aproveitar melhor às oportunidades de oferta ambiental e disponibilidade de mão de obra. O grande desafio da agricultura familiar é adaptar e organizar seu sistema de produção a partir das tecnologias disponíveis. Para cada região do país, o cenário da agricultura familiar é diferente. Cada um apresenta seus problemas e na região Sul, o principal obstáculo é a concorrência externa de produtos do Mercosul.

O produtor rural entendido como agricultor familiar é aquele que pratica as atividades no meio rural atendendo aos seguintes quesitos do artigo 3º da Lei nº 11.326/2006 e que não detenha a qualquer título:

área maior do que (quatro) módulos fiscais; utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL, 2006)

Para o desenvolvimento das atividades no estabelecimento, a definição de propriedade familiar pode ser observada no Estatuto da Terra, Lei 4.504/1964, em seu artigo 4º, aonde o

imóvel rural é aquele que é “direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência”, sendo seu “progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros. (BRASIL, 1964)

Uma definição de agricultura familiar em que possui três características centrais foi elaborada no âmbito do projeto de cooperação técnica do INCRA/FAO (2000): (i) a gestão da unidade produtiva, os investimentos nela realizados, é feita por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento; (ii) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; (iii) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão.

Na visão de Abramovay (1998) a agricultura familiar tornou-se o eixo de iniciativas destinadas à valorização do espaço e das oportunidades de geração de renda. As atividades não agrícolas no meio rural são importantes, mas a base da geração de renda no campo depende basicamente da produção agrícola.

No início da década de 90 não havia nenhuma política pública específica no âmbito nacional voltada para os agricultores familiares. Devido as grandes pressões de movimentos sindicais rurais, em 1994 o governo Itamar Franco criou o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (Provap). Em 1996 o governo de Fernando Henrique Cardoso reformulou-o e substituiu pelo Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf).

2.4. Políticas de crédito rural: o Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF)

Instituído oficialmente em 28 de junho de 1996, pelo Decreto Lei nº 1.946, o Pronaf tem como objetivo combater as desigualdades sócio-econômicas e elevar a qualidade de vida dos agricultores familiares em diferentes regiões do país.

A criação do Pronaf foi um acontecimento muito importante para o meio rural brasileiro nesta década. O Pronaf contribui para a diminuição do êxodo rural, melhorar a distribuição de renda, desenvolvimento das cadeias produtivas agropecuárias, geração de emprego e potencialização da economia local.

Para o Bndes (2012) o Pronaf foi criado com o objetivo de financiar as atividades agropecuárias e não agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família, entendendo-se por atividades não agropecuárias os serviços relacionados com turismo rural, produção artesanal, agronegócio familiar e outras prestações de serviço no meio rural que sejam compatíveis com a natureza da exploração rural e com o melhor emprego da mão-de-obra familiar.

O Bacen considera que o Pronaf tem como beneficiários as pessoas que compõem as unidades familiares de produção rural e que comprovam seu enquadramento mediante a apresentação da DAP. Esta declaração é o instrumento que identifica a família como beneficiária do Pronaf.

A DAP é fornecida pelo MDA, elaborada segundo as normas estabelecidas por este órgão e para a unidade familiar de produção, válida para todos os membros da família que explorem a mesma área de terra. Inicialmente, o público alvo do programa era classificado por grupos conforme o Quadro 2.

Classificação	Público alvo
Grupo A	Assentados da reforma agrária
Grupo B	Agricultores familiares com renda bruta anual até R\$ 4 mil e que obtenham ao menos 30% desse valor da atividade agropecuária
Grupo C	Agricultores familiares com renda bruta anual de R\$ 4 mil até R\$ 18 mil e que obtenham ao menos 60% dos seus rendimentos da atividade agropecuária
Grupo D	Agricultores familiares com renda bruta anual de R\$ 18 mil até R\$ 50 mil e que obtenham ao menos 70% dos seus rendimentos da atividade agropecuária
Grupo E	Agricultores familiares com renda bruta anual de R\$ 50 mil até R\$ 110 mil e que obtenham ao menos 80% dos seus rendimentos da atividade agropecuária

Quadro 2. Classificação do público alvo do Pronaf

Fonte: BNDES, 2012
Elaboração: Autora

Entre 1996 e 2008 o Pronaf sofreu modificações, aprimoramentos normativos. Quando foi criado em 1996, suas linhas de crédito tinham como objetivo financiar somente atividades agropecuárias.

Entretanto, a partir do segundo mandato de governo Fernando Henrique Cardoso (1999/2002) e os primeiros seis anos do mandato do governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003/2008), ocorreram reformulações no qual o discurso oficial era adequar a estrutura normativa à diversidade da agricultura familiar e ampliar a sua capilaridade nacional.

Schneider (2004) considera que o surgimento do Pronaf representa o reconhecimento e legitimação do Estado em relação às especificidades da nova categoria social, agricultores familiares, que até então era designada como pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda e agricultores de subsistência.

Foi na região Sul que o programa mais se consolidou e se manteve ativo desde o primeiro momento. Diversos fatores sociais e econômicos ajudam a explicar tal fenômeno, pois no Sul do Brasil os produtores familiares são mais integrados aos mercados e utilizam grande volume de insumos agrícolas para garantir a produção.

O Bacen em seu Manual de Crédito Rural considera que são financiáveis no programa os bens e serviços necessários ao empreendimento, desde que diretamente relacionados com a atividade produtiva e de serviços, e destinados a promover o aumento da produtividade e da renda da família produtora rural ou economia dos custos de produção.

Conforme lançado no Plano Safra 2007/2008, o Pronaf - Crédito foi apresentado como uma política pública nova que tinha por finalidade apoiar com financiamento às atividades agropecuárias e não agropecuárias, exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família.

A partir do ano safra 2008/2009, o sistema de classificação dos beneficiários foi reestruturado, no qual os grupos C, D e E foram extintos, passando a vigorar adoção de taxas de juros progressivas segundo o valor do financiamento.

As linhas de crédito do Pronaf vigentes atualmente são apresentadas no Quadro 3 abaixo.

Linha de crédito	Objetivo
Pronaf Convencional	Apoio financeiro a investimentos de implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e serviços agropecuários ou não agropecuários no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, de acordo com projetos específicos.
Pronaf Agroindústria	Apoio financeiro a investimentos, inclusive em infraestrutura, que visem ao beneficiamento, processamento e comercialização da produção agropecuária, de produtos florestais e do extrativismo ou de produtos artesanais e a exploração de turismo rural.
Pronaf Mulher	Apoio financeiro ao atendimento de propostas de crédito da mulher agricultora, conforme projeto técnico ou proposta simplificada.
Pronaf Agroecologia	Apoio financeiro a investimento em sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento.
Pronaf Eco	Apoio financeiro a investimento de implantação, utilização e/ou recuperação de tecnologias de energia renovável, tecnologias ambientais, armazenamento hídrico, pequenos aproveitamentos hidroenergéticos, silvicultura e adoção de práticas conservacionistas e de correção da acidez e fertilidade do solo, visando sua recuperação e melhoramento da capacidade produtiva.
Pronaf Mais Alimentos	Investimento para produção, armazenagem e transporte de açafrão, arroz, café, cana-de-açúcar, centeio, erva-mate, feijão, mandioca, milho, soja, sorgo, trigo, e para fruticultura, cultura de palmeiras para produção de palmito, olericultura, apicultura, aquicultura, avicultura, bovinocultura de corte, bovinocultura de leite, caprinocultura, ovinocultura, pesca e suinocultura; e investimentos em projetos de reconstrução e revitalização de unidades familiares de produção que tiveram perda de renda, comprovada por laudo técnico individual ou coletivo, em função do excesso de chuvas ou enxurradas.
Pronaf Composição de Dívidas	Linha de crédito para composição de dívidas oriundas de operações de financiamento de investimento ou de custeio contratadas no âmbito do Pronaf com recursos repassados pelo Bndes.

Quadro 3. Pronaf: linhas de crédito para apoio financeiro

Fonte: BNDES, 2012

Elaboração: Autora

No Estado de Santa Catarina, o poder público incentivou a aquisição de sementes, máquinas e equipamentos, reprodutores, corretivos, fertilizantes, terra e instrumentos de pesca aos pequenos agricultores, por meio do programa Troca-troca. O programa foi intenso no período de 1983 a 1985. A região Oeste do Estado de Santa Catarina tem sua economia baseada na agropecuária, no qual dependem os demais setores, e se caracteriza pelo

predomínio da agricultura familiar diversificada, voltada para o mercado regional e integrada à agroindústria. Apesar da diversificação na agricultura, os produtos que representam oportunidades de mercado para os agricultores, são poucos, destaca-se milho, suínos e aves, e mais recentemente o leite.

Como visto, percebe-se que o crédito cooperativo tem uma função básica ligada à promoção do bem estar social de seus cooperados e da comunidade em que estão inseridos, a fim de diminuir as desigualdades sociais. Assim o crédito rural cumpre com uma função de apoio essencial ao processo de desenvolvimento agropecuário, e as atividades cooperativas de crédito, sobretudo, ao atendimento às necessidades financeiras dos produtores. As cooperativas de crédito atuam basicamente no setor primário da economia, com objetivo de permitir uma melhor comercialização de produtos rurais e criar facilidades para o escoamento das safras agrícolas para os centros consumidores. A agricultura apresenta algumas peculiaridades com referência ao crédito que lhe é destinado, pois as operações de crédito devem ter prazo mais longo para a sua liquidação, se comparadas com as do comércio e indústria, porque o ciclo produtivo da agricultura é longo (MONTROYA, 2002).

O custeio agrícola apresenta prazo máximo de dois anos, o custeio pecuário de até um ano. Os investimentos dependendo da linha de crédito podem chegar a até 10 anos, com ou sem carência. Todas as condições de financiamento exigem, além de uma orientação técnica, uma necessidade de o produtor organizar-se financeiramente a fim de poder honrar seus compromissos. O progresso técnico do setor agropecuário nos últimos anos se intensificou, proporcionando um aumento na produção e rentabilidade da terra, o que levou o crédito rural a ser um insumo indispensável para promover esta adoção de novas tecnologias (MONTROYA, 2002).

2.5. Cooperativismo de crédito e o desenvolvimento rural

Para a Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (OCESC), Cooperativismo pode ser entendido como um movimento que considera as cooperativas como uma forma de organização das atividades socioeconômicas da humanidade. A cooperativa pode ser conceituada como uma associação de pessoas com interesses comuns, com

participação livre e igualitária dos cooperados, aos quais presta serviços, sem fins lucrativos. Na cooperativa, todas as operações feitas pelos cooperados são para beneficiá-los. Os recursos que os cooperados aplicam na cooperativa, ficam na própria comunidade, contribuindo para o desenvolvimento da localidade onde está inserida

Através da Lei nº 5.764/71, artigos 3º e 4º, as cooperativas são sociedades constituídas de pessoas, sem fins lucrativos, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, criadas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades mercantis e possuindo características peculiares (BRASIL, 1971).

As cooperativas de crédito para Pinheiro (2007) são instituições financeiras constituídas sob a forma de sociedade cooperativa, tendo por objeto a prestação de serviços financeiros aos associados, como concessão de crédito, captação de depósitos à vista e a prazo, cheques, prestação de serviços de cobrança, de custódia, entre outros.

O Cooperativismo de crédito deu seus primeiros passos em 1847, quando Friedrich Wilhelm Raiffeisen, fundou no povoado de Weyerbusch/Westerwald a primeira associação de apoio para a população rural que, embora não fosse ainda uma cooperativa, serviu de modelo para uma futura atividade cooperativista. Foi em 1864, que Raiffeisen fundou a primeira cooperativa denominada Associação de Caixas de Empréstimo de Heddesdorf (Heddesdorfer Darlehnskassenverein) (PINHEIRO, 2007).

Segundo Búrigo (2010), o modelo Raiffeisen desejava garantir em suas cooperativas de crédito a participação dos mais necessitados e daqueles que não tinham o hábito da poupança. Recomendava que as cooperativas de crédito não estabelecessem cotas de entrada muito altas, sendo assim, as primeiras cooperativas de crédito não tinham capital considerável.

No que tange as cooperativas de crédito urbanas, Herman Schulze foi pioneiro. No ano de 1856 organizou a primeira “associação de dinheiro antecipado”, uma cooperativa de crédito na cidade alemã de Delitzsch. Estas cooperativas ficaram conhecidas como “cooperativas do tipo Schulze-delitzsch”, que na Alemanha atualmente são conhecidas como bancos populares. Diferenciava-se do modelo Raiffeisen por prever o retorno das sobras líquidas de modo proporcional ao capital, por terem área de atuação não restrita e por remunerarem seus dirigentes (PINHEIRO, 2007).

Baseado nos modelos alemães, o italiano Luigi Luzzatti constituiu sua primeira cooperativa em 1865, cujo modelo herdou o nome do tipo luzzatti. Nas décadas de 1940 a 1960, foram criadas no Brasil, cooperativas com essa denominação, e tinham como principais características a não exigência de vínculo para associação, apenas com limitação geográfica por bairro ou município, quotas de capital de pequeno valor, concessão de crédito de pequeno valor sem garantias reais, não remuneração dos dirigentes e responsabilidade limitada ao valor do capital subscrito (PINHEIRO, 2007).

Quase meio século depois, o segmento ganhou outro precursor, Alphonse Desjardins, que criou sua primeira cooperativa na província canadense de Quebec, no ano de 1900. Inspirada nos modelos Raiffeisen, Schulze e Luzzatti, a cooperativa foi organizada com características de cooperativa de crédito mútuo, ou seja, tinha como público alvo assalariados, artesãos, pequenos empresários, comerciantes e industriais (PINHEIRO, 2007).

O modelo desjardins serviu de base para a criação das cooperativas de crédito mútuo no Brasil, que vigoram desde 1960 (BURIGO, 2010).

No Brasil, a primeira cooperativa de crédito foi criada em 1902, no Estado do Rio Grande do Sul, na cidade de Nova Petrópolis, no qual o padre jesuíta Theodor Amstad, conhecedor do modelo cooperativista europeu, baseado no modelo Raiffeisen, criou a cooperativa Caixa de Economia e Empréstimos Amstad, posteriormente denominada Caixa Rural de Nova Petrópolis e atualmente Crédito de Livre Admissão de Associados Pioneira da Serra Gaúcha – Sicredi Pioneira/RS. Entre o período de 1902 e 1964 foram criadas no Rio Grande do Sul 66 cooperativas de crédito do tipo raiffeisen (PINHEIRO, 2008, citado por NISKI, 2011).

Em 1906, na cidade de Lajeado, Estado do Rio Grande do Sul, foi criada a primeira cooperativa de crédito do modelo Luzzatti, denominada de Caixa Econômica de Empréstimos de Lajeado, atualmente conhecida como Cooperativa de Crédito de Lajeado.

A primeira norma a disciplinar o funcionamento das sociedades cooperativas foi o Decreto do Poder Legislativo nº 1.637, de janeiro de 1907. Este autorizou as cooperativas a se organizarem sob a forma de sociedades anônimas, sociedades em nome coletivo ou em comandita, sendo regidas por leis específicas. Especificamente para as cooperativas de crédito agrícola proporcionou isenção de selo para as operações e transações de valores que não excedessem um conto de reis, desde que as mesmas se organizassem em pequenas circunscrições rurais, com ou sem capital social, fossem de responsabilidade pessoal, solidária

e ilimitada dos associados e que seu objetivo fim fosse emprestar dinheiro aos sócios e receber em depósito suas economias (PINHEIRO, 2008, citado por NISKI, 2011).

Desta forma o cooperativismo de crédito foi crescendo no Brasil e entre as décadas de 1930 e 1950 calcula-se que foram criadas cerca de 1.200 cooperativas desse modelo. Com este crescimento, aumentava a necessidade de ser criada uma entidade que representasse estas cooperativas (SICCOOB, 2010).

Para tal fim, foi criada no Rio de Janeiro, no início da década de 1920, a Federação dos Bancos Populares e Caixas Rurais do Brasil, sendo esta a primeira federação de cooperativas de crédito do país. Posteriormente, em 1925, em Porto Alegre, o associativismo ganhou força, onde 18 cooperativas fundaram a Central das Caixas Rurais Da União Popular do Estado do Rio Grande do Sul, ou seja, a primeira cooperativa central unicamente de crédito no Brasil (SICCOOB, 2010).

Em 31 de dezembro de 1925, foi instituída a lei 4.984 que eliminou as cooperativas de crédito que seguissem os sistemas luzzatti e raiffeisen da exigência de expedição de Carta Patente e de pagamento de quotas de fiscalização, atribuindo ao Ministério da Agricultura a obrigação da fiscalização, sem ônus algum, do cumprimento das prescrições do Decreto 1.637. Menos de um ano depois, o Decreto 17.339, de 2 de junho de 1926, aprovou o regulamento designado a reger a fiscalização gratuita da organização e o funcionamento dos bancos luzzatti e das caixas rurais raiffeisen, ficando ao Serviço de inspeção e Fomento Agrícolas, órgão do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, a tarefa de fiscalizar as cooperativas de crédito (PINHEIRO, 2007).

Com a publicação do decreto 22.239 de 1932, estabeleceu-se a primeira lei específica do cooperativismo brasileiro. Este decreto demonstrava o interesse do Estado Novo em expandir o cooperativismo de crédito no Brasil. Isso fez com que as cooperativas de crédito ficassem bem conhecidas durante os anos de 1940 e 1950. Em 1943, foi criada a Caixa de Crédito Cooperativo, com intuito de fomentar o cooperativismo no país, e posteriormente em 1951, foi transformada em Banco de Crédito Cooperativo (BCC), sendo a participação de 60% do seu capital da União e 40% das sociedades cooperativas. O BCC não se tornou banco comercial, atuou apenas como apoio às cooperativas agropecuárias, devido às limitações estatutárias e pelas restrições impostas pela legislação bancária (BURIGO, 2007).

O cooperativismo de crédito encontrou em 1932, terreno fértil para se desenvolver em Santa Catarina, mais precisamente no extremo Oeste do Estado, na cidade de Itapiranga, com

a fundação da Cooperativa de Crédito Rural de Itapiranga Ltda., que seguiu o modelo Raiffeisen. Após a criação da Cooperativa de Itapiranga, foram criadas diversas cooperativas de crédito em cidades catarinenses, com a orientação de agentes do clero (BÚRIGO, 2007).

Para Búrigo (2010) o período compreendido entre 1938 e a1964 foi um período de expansão do cooperativismo de crédito, com difusão dos modelos das cooperativas raiffeisen, luzzatti, e desjardins.

A lei da reforma bancária (Lei n. 4.595) de 1964 abriu novamente a possibilidade de criação de novas cooperativas, no qual o decreto nº 1.503 havia proibido, mas várias exigências burocráticas foram estabelecidas tornando quase impossível o seu funcionamento. Em 1967, foi editado o decreto lei nº 60.597 que passou a proibir as operações das cooperativas com a justificativa de não haver viabilidade financeira e administrativa para o funcionamento das mesmas. Diante disso, com todas as dificuldades apresentadas, a Central das Caixas Rurais de Porto Alegre e mais da metade de cooperativas do tipo raiffeseanas foram extintas do Sul do país. No Estado de Santa Catarina, a Creditapiranga foi única cooperativa que conseguiu manter-se em funcionamento entre 1960 e 1980. O cooperativismo de crédito só permaneceu vivo no Brasil durante a ditadura, em decorrência da vertente do cooperativismo do crédito urbano (BURIGO, 2007).

Após este período de turbulência no cooperativismo, a década de 70 trouxe esperança ao cooperativismo de crédito brasileiro, com a revogação de algumas das leis que restringiam sua atuação. Em 1971, a lei 5.764 definiu a cooperativa como sociedade de pessoas, de natureza civil. A fiscalização e o controle das cooperativas de crédito continuaram sob a responsabilidade do Bacen, enquanto sua regulação cabia ao Conselho Monetário Nacional (CMN). Em 1981, foi elaborado um projeto no Rio Grande do Sul na tentativa de criar um Sistema Cooperativo de Crédito Rural no país. Esse projeto tinha como objetivo oferecer ao pequeno produtor uma alternativa de financiamento para suas atividades, tendo em vista a impossibilidade de pagar as altas taxas de juros cobradas por instituições bancárias. Em 1982 este projeto chegou a Santa Catarina, e sob a coordenação da Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (Ocesc) foi levado para todo o estado, esclarecendo os benefícios do cooperativismo na área financeira. A fim de amenizar as dificuldades de financiamento encontradas pelos produtores rurais, sete cooperativas de produção foram incentivadas a iniciar um sistema de cooperativa de crédito em Santa Catarina. Cada cooperativa de produção elaborou seu projeto e enviou ao Bacen, solicitando autorização para fundar uma

cooperativa de crédito singular. Os projetos começaram a ser aprovados pelo Bacen em 1985 (SICOOB, 2010).

Em 1985, líderes do cooperativismo catarinense decidiram que havia chegado a hora de criar uma Cooperativa Central de Santa Catarina, visto que havia sete cooperativas de crédito em pleno funcionamento. Assim sendo, em oito de novembro de 1985 foi fundada a Cooperativa Central de Crédito Rural de Santa Catarina – Cocecrer/SC, atualmente Sicoob/SC. A função social da Cocecrer/SC, foi registrada na ata de fundação:

Organizar em comum e em maior escala social os serviços econômicos e assistenciais de interesse das cooperativas filiadas, integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços pertinentes à área, na condição de instituição financeira. (SICOOB, 2010: 42)

Com os objetivos bem definidos, se formou a aliança que elevaria Santa Catarina ao patamar de estado modelo na área de cooperativismo de crédito no Brasil, com impacto direto na melhoria das condições de vida da população (SICOOB, 2010).

Em 1995, o CMN e o Bacen autorizaram a criação dos bancos cooperativos do Brasil. Com esta autorização, os sistemas estaduais de cooperativas de crédito se articularam com o objetivo de constituir os bancos cooperativos. No mesmo ano, já estava em funcionamento o Banco Cooperativo Sicredi S.A. (Bansicredi), com sede no RS, mas desde o início contou com a participação de cooperativas do estado do Paraná. Em 1997, foi instituído o Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), envolvendo sistemas dos estados de São Paulo, Goiás, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Espírito Santo, Pará, Paraíba e Minas Gerais, sendo que neste mesmo ano o Sicoob SC passou a integrar o Bancoob (BÚRIGO, 2007).

Atualmente o Sicoob/SC possui 402.119 associados, 41 cooperativas singulares associadas ao Sicoob Central, sendo que destas 41 cooperativas singulares, sete são de crédito rural, 25 são de livre admissão, seis de crédito mútuo, uma de empresários e duas de pequenos empresários. O Sicoob/SC atende 213 municípios em Santa Catarina, cinco municípios no Estado do Rio Grande do Sul e seis municípios no Estado do Paraná, com 260 pontos de atendimento e 41 agências (SICOOB SC, 2012)

Esta estrutura pode ser compreendida, segundo a ênfase de Búrigo (2007) durante os anos 90, em que surgiram em Santa Catarina ideias sobre a importância da criação de cooperativas de crédito diferentes do modelo tradicional, demonstrando a tentativa de estabelecer uma forma mais democrática para os agricultores familiares terem acesso aos

recursos oficiais. Esta ideia deu origem a um programa de estímulo à constituição de cooperativas de crédito rural alternativas, junto ao Cepagro.

Esta instituição desenvolve programas técnicos visando à introdução de alternativas socioeconômicas de interesse da agricultura familiar. Foi criada em 1990 por organizações de pequenos agricultores e técnicos ligados a entidades públicas e não governamentais e está sediada junto ao Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina.

CAPITULO III. O CASO DA CREDICARU: CARACTERÍSTICAS DAS PROPRIEDADES FAMILIARES E PERFIL DOS FINANCIAMENTOS

A iniciativa do CEPAGRO contou desde o início com o apoio do Sicoob SC, que a cooperativa de crédito após ser constituída e passada a fase de adaptação e observação, podia filiar-se ao Sicoob Central, tornando-se associada ao sistema. O CEPAGRO assessorou a criação de onze cooperativas de crédito rural, até o início de 1999, e entre elas está a CREDICARU, fundada em 07 de dezembro de 1994 por 23 sócios fundadores, com município sede São José do Cerrito, na microrregião serrana.

3.1. Características da microrregião serrana de São José do Cerrito

A Credicaruestá localizada no município de São José do Cerrito, que possui área de 946,246 km², localiza-se no Planalto Serrano, microrregião dos campos de Lages no Estado de Santa Catarina. O clima do município é classificado como mesotérmico úmido e a temperatura média é de 21,5°C e a principal atividade econômica do município é a agricultura.

A colonização da região começou no século XIX, onde os Bandeirantes Paulistas ocuparam e exploraram os campos de Lages. A primeira denominação surgiu por volta de 1927, na capela São José, localidade de Caru, que em guarani significa “terra fértil”, boa para plantar. Em 1953, a localidade distrital passou a denominar-se de São José do Cerrito.

Apesar da fundação ter ocorrido no local da primeira capela, construída próxima ao Rio Caveiras, foi formada uma comissão distrital para definir a sede. Por muitos anos, o município usou o nome de Caru, para lembrar as profecias de João Maria de Agostinho, monge da Campanha do Contestado. O Monge acreditava que o nome Caveiras faria que muitas pessoas morressem afogadas nas águas profundas do rio. Por este motivo, moradores passaram a chamar a localidade de Caru. Em 1953, o Executivo da comarca de Lages, recebeu a proposta do legislativo para voltar ao antigo nome, São José do Cerrito, em homenagem ao patrono da primeira capela, São José. A emancipação político administrativa do município ocorreu em 07 de dezembro de 1961 (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CERRITO, 2012).

Segundo dados do Censo 2010 do IBGE, o município de São José do Cerrito possui uma população residente de 9.273 pessoas, sendo que a maioria 73,12% são residentes da área rural (6.781), e o restante 2.492 são residentes da área urbana. O município possui 4.307 endereços, sendo que 75% são rurais os demais urbanos (1.079).

3.2. Características da SICOOB/SC Credicarú

O município possui apenas uma agência bancária do Banco do Brasil e a outra instituição financeira é a Cooperativa de Crédito Rural de São José do Cerrito – SICOOB/SC CREDICARU. Esta instituição foi idealizada por um grupo de agricultores, em 1992, devido às grandes dificuldades que o município enfrentava tais como a precariedade econômica, o êxodo da população agrícola dada dificuldade de acesso ao crédito, e isto acaba na existência de vastas áreas rurais completamente inabitadas ocasionando queda na população rural e o aumento constante da população urbana. Esses fatores começaram a preocupar as lideranças locais, já que a população do município era predominantemente rural.

Na busca de uma solução para acesso ao crédito por parte dos agricultores familiares do município, um grupo de agricultores visitou no extremo Oeste catarinense, ainda em 1992, a Cooperativa de Crédito Rural Itapiranga – Sicoob/SC Creditapiranga, a primeira cooperativa de crédito constituída em Santa Catarina, e gostaram da ideia, da experiência e da satisfação da comunidade daquela localidade com a sua cooperativa.

Após essa visita iniciou-se um movimento com discussões entre diversas lideranças como Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Grupo de Mulheres Agricultoras, Cepagro, ONG's, Prefeitura Municipal e o Centro Vianeí de Educação Popular, este que já havia tido experiências anteriores com Cooperativas de Crédito Rural, contribuindo assim para implantar o projeto cooperativo no município. A partir dessas discussões, começou o trabalho de conscientização nas comunidades rurais com os agricultores.

Outro fator que influenciou na criação da cooperativa foi o fechamento da agência local do Banco do Brasil durante o período de discussão, pois os agricultores ficaram sem a única instituição onde buscavam recursos para suas safras.

Finalmente em 07 de dezembro de 1994 foi realizada a Assembléia Geral de constituição da Cooperativa de Crédito Rural São José do Cerrito Ltda – Credicaru, com 23 sócios fundadores que integralizaram a quantia de R\$ 2.070,00 (dois mil e setenta reais).

A Credicaru filiou-se ao Sicoob em 29 de abril 1996 e iniciou suas atividades em 16 de agosto de 1996. No início de sua implantação, toda a região serrana passou por grandes dificuldades no campo. O resultado da boa safra em 1993 levou os agricultores a fazer um investimento muito alto na safra seguinte, o que acarretou uma supersafra de feijão e milho e queda brutal dos preços, reduzindo drasticamente a renda dos produtores.

Estas dificuldades podem ser captadas pela análise do Instituto Cepa/SC (1995), em que o crescimento do mercado interno de alimentos e o bom desempenho das exportações agrícolas na fase de implantação do Plano Real fizeram, em 1994, com que vários produtos agropecuários tivessem uma elevação em seus preços reais, quando comparados com os resultados do ano anterior. Os dados apurados ao longo deste ano de 1994 demonstraram que o processo de estabilização monetária e a recuperação do poder aquisitivo das camadas mais pobres tornaram-se, num primeiro momento, favoráveis ao agricultor, permitindo-lhe um aumento na renda. Com isso os setores industriais e comerciais relacionados com a agricultura tiveram, por consequência, crescimento expressivo nas vendas de insumos, máquinas e equipamentos. Assim, a decisão de plantio da safra 94/95 foi tomada num ambiente favorável de crescimento econômico, recuperação do poder aquisitivo da população e expansão de consumo.

Estes fatores criaram as condições para a produção crescer em 1995 e gerar um recorde tanto em Santa Catarina como no país. Com uma produção interna alta, importações de vários produtos (estimuladas pela valorização cambial) e uma política de juros altos, utilizadas como estratégia macroeconômica para manter a demanda controlada, os preços inevitavelmente caíram. As Aquisições do Governo Federal (AGF) na época da colheita, através da política de preços mínimos (que poderiam reduzir a queda dos preços), não tiveram efeito, já que foram insuficientes para enxugar o mercado e assegurar a estabilidade dos preços em níveis razoáveis (CEPA/SC, 1995).

Na comparação das duas últimas safras (94/95 com 93/94), o índice de preços do setor agropecuário, que mede a variação média dos preços recebidos nos respectivos períodos de julho a junho, teve queda real estimada em 27%. Esta queda representou uma perda de receita estimada em R\$ 1,134 bilhão para a agricultura catarinense. A estimativa baseia-se nos preços

médios mensais praticados nas principais praças de comercialização do estado. Neste período apenas três produtos tiveram variação positiva de preços: a banana, que valorizou em 50%; a cebola em 88%, e o tomate em 10%. A produção agropecuária total teve incremento médio de 2,07%; o segmento de grãos e carnes, teve incremento médio de produção de 5,22 %, puxado pelo crescimento da produção de milho e suínos. Os produtos apresentados representaram 79,6% do valor da produção da safra 94/95 e experimentaram uma queda real de seus preços de 31,94%, destacando-se o feijão, a soja e a avicultura (CEPA/SC, 1995).

A safra catarinense de milho, a exemplo da nacional, também foi muito boa. O leve incremento do cultivo (2,3%) e o aumento da produtividade (de 3.209 para 3.440 Kg/ha), devido ao bom comportamento do clima e ao maior uso de tecnologia, proporcionaram um crescimento de quase 10% na produção estadual de milho. Já a comercialização não teve um bom desempenho nos primeiros meses de 1995 (CEPA/SC, 1995).



Figura 2. Municípios da microrregião de atuação da Credicarú

Fonte: Sicoob SC

Conforme destacado no mapa acima, a Credicarú tem atuação em sete municípios da microrregião do planalto serrano: Campo Belo do Sul, Correia Pinto, Otacílio Costa, Ponte Alta, Ponte Alta do Norte, São Cristovão do Sul, e São José do Cerrito.

Atualmente, a Cooperativa possui unidades de atendimento (Sede e Posto de Atendimento Cooperativo - PAC), nos seguintes municípios: São José do Cerrito, Campo Belo do Sul, Correia Pinto, Otacílio Costa e Ponte Alta.

A cooperativa tem demonstrado, diante das dificuldades, ser uma excelente opção de captação de poupança da região e, respeitada a sua necessidade de liquidez, aplica na sua área de atuação todos os recursos nela captados buscando, ainda, repasses de Crédito Rural, Recursos Equalizáveis, Bndes entre outros, e transformando esses recursos em operações de crédito para os seus associados.

Contribui assim de forma marcante para o desenvolvimento socioeconômico dos municípios onde atua, para uma melhor distribuição de renda e para a fixação do homem nas regiões interioranas.

3.3. Projetos de Melhoria das Propriedades Rurais: acesso ao Pronaf

Para acesso às linhas de crédito é indispensável a elaboração de um projeto para os produtores no momento do pedido do financiamento junto à cooperativa de crédito. Desta forma utilizou-se dos dados obtidos através dos Projetos de Melhoria das Propriedades Rurais elaborados pela Epagri e que nos fornecem as informações necessárias á análise tais como o perfil do tomador de crédito, o patrimônio contido na propriedade, o custeio e as despesas, receitas e tipo de atividades desenvolvidas pelo agricultor na sua propriedade.

Para efeito da análise dos dados foi utilizada uma amostra de 10 (dez) Projetos de Melhoria da Epagri referentes a 10 (dez) propriedades de agricultores familiares associados à cooperativa Credicarú observados de acordo com os critérios do Tomador de crédito, Produtores 1 a 10, das linhas do Pronaf, conforme o Quadro 4.

Tomador	Linha de crédito
Produtor 1	Pronaf Investimento D
Produtor 2	Pronaf Investimento D
Produtor 3	Pronaf Investimento C
Produtor 4	Pronaf Mais Alimentos
Produtor 5	Pronaf Mais Alimentos
Produtor 6	Pronaf Mais alimentos
Produtor 7	Pronaf Mais alimentos
Produtor 8	Pronaf Mais alimentos
Produtor 9	Pronaf Mais alimentos
Produtor 10	Pronaf Mais alimentos

Quadro 4. Tomador por linha de crédito do Pronaf

Fonte: Epagri

Elaboração: Autora

Os tomadores de crédito possuem vários elementos em comum na agricultura familiar. Todos eles buscaram junto a sua cooperativa de crédito recursos para melhorias das atividades produtivas da propriedade rural. De acordo com o enquadramento na linha de crédito Pronaf, são beneficiados com taxas de juros reduzidas e prazo para pagamento de até 10 anos.

O Pronaf Mais Alimentos é uma linha especial de crédito para investimentos na produção de alimentos, e foi disponibilizado para 70% dos beneficiários observados. Os outros 20% foram para no Pronaf D e 10% restantes no Pronaf C.

Segundo informações da SAF, o Pronaf Mais Alimentos foi lançado em 2008 pelo governo federal, para incrementar a produtividade da agricultura familiar através de linha de crédito direcionada à modernização da infraestrutura das unidades familiares. O limite de crédito é R\$ 130 mil e podem ser pagos em até dez anos, com até três anos de carência e uma taxa de juros 2% (dois por cento) ao ano. Esta linha de crédito permite ao agricultor familiar investir em modernização e aquisição de máquinas e equipamentos novos, correção e recuperação de solos, resfriadores de leite, melhoria genética, entre outros.

Estes tomadores de crédito possuem na sua propriedade mão de obra 100% familiar, onde na maioria das vezes é o casal que desenvolve as atividades.

Os homens trabalham nas atividades produtivas em média 295 dias por ano numa jornada diária de nove horas e quarenta minutos.

Observa-se que o grau de instrução dos trabalhadores é baixo, sendo que 90% cursaram até o primeiro grau e apenas 10% tem o terceiro grau. As trabalhadoras dedicam-se menos tempo nas atividades produtivas, em média 255 dias por ano e oito horas diárias.

O grau de qualificação das mulheres é um pouco mais elevado na média, aproximadamente 75% tem o primeiro grau completo e 25% tem segundo grau, conforme podemos observar no Quadro 5.

Tomador	Mão de obra familiar							
	Pessoas Ocupadas							
	Masculino				Feminino			
	num.	Dias	horas	Instrução	num.	dias	horas	instrução
Produtor 1	1	300	10	1º grau	1	250	8	2º grau
Produtor 2	1	300	10	1º grau	1	250	8	1º grau
Produtor 3	1	300	10	1º grau	1	200	8	1º grau
Produtor 4	1	300	8	1º grau	1	300	8	1º grau
Produtor 5	1	300	10	1º grau	1	250	8	1º grau
Produtor 6	1	300	10	1º grau	1	250	8	1º grau
Produtor 7	1	250	8	1º grau	1	250	8	1º grau
Produtor 8	1	300	10	1º grau	1	250	8	1º grau
Produtor 9	1	300	8	3º grau	-	-	-	-
Produtor 10	1	300	10	1º grau	1	300	8	2º grau
Total	10	2.950	94		9	2.300	72	

Quadro 5. Características da mão-de-obra familiar ocupada, por sexo

Fonte: Epagri

Elaboração: Autora

Observando os dados do patrimônio dos tomadores, verifica-se que as benfeitorias são simples, aonde a maior parte das casas são de madeira ou mistas (madeira e alvenaria), galpões também são de madeira e em alguns casos de alvenaria, construídos no final da década de 80 e início da década de 90.

Três proprietários não informaram a existência de algum tipo de casa em suas propriedades e apenas um não declarou as benfeitorias de sua propriedade.

Tabela 1. Patrimônio – Benfeitorias

Benfeitorias	Qtd	Total %	Total m²	Total %	Valor atual (R\$)	Total %
Casa mista	4	22,22%	547	27,54%	210.150,00	37,64%
Galpão alvenaria	4	22,22%	417	21,00%	185.000,00	33,13%
Galpão madeira	6	33,33%	781	39,33%	103.780,00	18,59%
Casa de alvenaria	1	5,56%	70	3,52%	50.000,00	8,95%
Casa Madeira	2	11,11%	123	6,19%	9.020,00	1,62%
Estábulo madeira	1	5,56%	48	2,42%	400,00	0,07%
Total	18	100,00%	1.986,00	100,00%	558.350,00	100,00%

Fonte: Epagri

Elaboração: Autora

Todas as propriedades possuem algum tipo de maquinário ou implementos agrícolas, e grande número é de tração animal.

Automóveis e motocicletas com vinte anos ou mais, da década de 80 e 90, fazem parte do patrimônio de 70% das propriedades.

Caminhões e camionetes da década de 80, também compõem o patrimônio e são utilizados para transporte dos produtos.

Apenas dois proprietários não possuem nenhum tipo de veículo e outros dois que já declaram possuir trator em seu patrimônio fizeram financiamento para aquisição de mais um trator.

Tabela 2. Patrimônio - Máquinas e implementos

Máquinas e Implementos	Qtd	Total %	Valor Atual (R\$)	Total %
Automóvel	8	22,22%	112.990,50	29,39%
Trator 65	3	8,33%	78.537,50	20,43%
Caminhão	1	2,78%	65.000,00	16,91%
Camionete F100	1	2,78%	30.000,00	7,80%
Colheitadeira	1	2,78%	30.000,00	7,80%
Micro trator tobata	2	5,56%	16.966,00	4,41%
Pulverizador	3	8,33%	12.000,00	3,12%
Outros Implementos tração mecânica	3	8,33%	12.000,00	3,12%
Motocicleta	3	8,33%	11.089,80	2,88%
Outros Implementos tração animal	8	22,22%	7.600,00	1,98%
Debulhador de milho	1	2,78%	3.500,00	0,91%
Ordenhadeira mecânica	1	2,78%	3.215,52	0,84%
Triturador	1	2,78%	1.500,00	0,39%
Total	36	100,00%	384.399,32	100,00%

Fonte: Epagri

Elaboração: Autora

A área de terra das unidades familiares é bastante variada, cerca de 80% dos casos têm área de até 50 hectares e apenas 20% tem área superior a 50 hectares.

Em um total de 407,30 hectares de terra entre os produtores observados, a superfície agrícola útil é de 70%, ou seja 313,44 hectares. Desta forma, 30% (93,86 ha) de área são ocupados com benfeitorias, matas, estradas, banhados e outros.

Verificamos também que a maior parte dos tomadores observados arrendam terras de terceiros para produzir.

Constituem em média 182 hectares de arrendamento, em que apenas três propriedades possuem somente terra arrendada, e quatro propriedades possuem área própria e arrendam de terceiros.

Tabela 3. Utilização das áreas da propriedade

Utilização da Terra	Área (ha)	Total %
Área própria (A)	224,84	55,2%
Área arrendada de 3º (B)	182,46	44,8%
Total (A+B)	407,30	100,0%
Participação no Total		
Inaproveitável	15,0	3,7%
Benfeitorias/Estradas/Banhado	10,2	2,5%
Matas/Florestas	39,0	9,6%
Superfície Agrícola Útil	313,4	77,0%
Área total mecanizável	243,0	59,7%

Fonte: Epagri

Elaboração: Autora

Portanto, podemos perceber que as propriedades têm interesse em desenvolver suas atividades no campo, pois quando tem uma área própria que considera insuficiente, arrenda uma área de terceiros, 44,8% da área é arrendada, podendo assim produzir mais e gerar mais renda na unidade familiar.

Os principais produtos cultivados, conforme podemos ver na tabela 4 são as culturas do milho, feijão e cebola, e outras culturas como trigo, soja e hortaliças também são produzidas mas que não tem participação expressiva nas receitas dos agricultores. As maiores áreas de terra são reservadas para produção de milho e feijão. Se observarmos a tabela 4, pelo valor da produção temos em primeiro lugar o feijão, em segundo a cebola e o milho, com maior área de produção, cai para terceiro lugar em valor de produção.

Tabela 4. Principais produtos produzidos

Categoria Vegetal	Área (ha)	Total %	Produção	Total %	Valor (R\$)	Total %
Milho (sacas)	70,5	42,09%	7.119,0	1,92%	122.143,50	19,73%
Feijão (sacas)	70,0	41,79%	2.553,1	0,69%	206.278,50	33,32%
Soja (sacas)	10,0	5,97%	500,0	0,13%	11.400,00	1,84%
Cebola (kg)	8,0	4,78%	250.000,0	67,46%	177.000,00	28,59%
Trigo (sacas)	5,0	2,99%	600,0	0,16%	14.400,00	2,33%
Hortaliças	4,0	2,39%	109.844,0	29,64%	87.875,20	14,19%
Total	167,5	100,00%	370.616,10	100%	619.097,20	100,00%

Fonte: Epagri

Elaboração: Autora

O município de São José do Cerrito tem na produção de feijão sua principal atividade agrícola e isso fica mais claro quando verificamos que 80% das propriedades observadas produzem aproximadamente 2.500 sacas, ou seja, 150 mil quilos de feijão. A área de Superfície Agrícola Útil (SAU) é de 313,44 hectares, sendo que desta área 70 hectares são para plantio de feijão, ou seja, aproximadamente 22,33% da SAU é para cultivo de feijão.

Segundo informações da Epagri/Cepa, na safra 2010/2011 a produção de feijão em Santa Catarina foi de 158,3 mil toneladas em 105,6 mil hectares de terra. Na microrregião dos campos de Lages a área produtora de feijão foi 18.010 hectares e produção de 21.592 toneladas de feijão. Portanto, a área destinada à produção de feijão das propriedades observadas corresponde a 0,07% da área total do Estado de Santa Catarina e a 0,39% da área da microrregião dos campos de Lages.

O rendimento médio dos produtores de feijão que observamos ficou acima da média estimada pela Epagri.

As informações da Epagri/Cepa, 2010, dão conta de que a área de produção feijão na safra 2009/2010 foi reduzida em 14,3% em relação a safra 2008/2009. Isso ocorreu em função dos baixos preços praticados pelo mercado na época do plantio da principal produção. Desta forma, os produtores ficaram desestimulados e reduziram a área semeada.

A cultura do milho também é muito significativa no município, presente em 90% das propriedades observadas onde 22,42% da SAU é para cultivo de milho. Pelas informações da Epagri/Cepa a área plantada de milho em Santa Catarina na safra de 2009/2010 foi de 586,2 mil hectares, e a produção total foi de 3.693,3 mil toneladas. Ou seja, a área de milho plantada nas propriedades observadas corresponde a 0,01% da área total do estado de Santa Catarina destinada para produção de milho. Na microrregião dos campos de Lages, a qual pertence o município de São José do Cerrito, a área de milho plantada na safra de 2009/2010 foi de 46.220 hectares, e a produção de 213.951 toneladas. A área das propriedades observadas corresponde a 0,15% da área da microrregião dos campos de Lages destinada à produção de milho.

Segundo os dados da tabela 4, a produção de milho por hectare é superior à produção de feijão. Onde se produz em média 36,47 sacas de feijão por hectare, são produzidas 100,97 sacas de milho por hectare. Porém, o valor do feijão é mais atrativo, no qual é possível obter uma receita de R\$ 2.946,83 por hectare de feijão e R\$ 1.732,53 por hectare de milho.

O rendimento médio da produção de milho entre os produtores observados, também foi superior do que a média estimada pela Epagri.

Informações publicadas pela Epagri/Cepa, mostram que em dezembro/2011 os preços médios recebidos pelos agricultores segundo as principais praças de Santa Catarina, foi de R\$ 23,53 por saca de 60kg de milho, e em média R\$ 82,83 por saca de 60kg de feijão (no feijão foi feito um preço médio entre o feijão preto de R\$ 72,32 por saca e feijão carioca de 93,33 por saca). O produtividade do milho em Santa Catarina enfrenta o problema da oscilação que ocorre entre a potencialidade tecnológica e as restrições impostas pelo clima, que consiste basicamente na carência de água durante o ciclo produtivo. A produção de milho em Santa Catarina vem perdendo espaço por outros produtos como soja, bovinocultura de leite, reflorestamento, ampliação dos perímetros urbanos e outros (EPAGRI/CEPA, 2010).

Outra cultura presente nas propriedades é a produção de cebola, no qual 30% das propriedades observadas produzem cebola, são produzidos 250 mil quilos em apenas 8 hectares de área, uma média de 31.250 quilos por hectare. Para a produção de cebola, a Epagri/Cepa divulgou que em Santa Catarina, na safra 2010/2011, a produção foi de 537,5 mil toneladas, em uma área de 22.224 hectares, rendimento médio de 24.187 quilos por hectare.

Conforme informado pela Epagri/Cepa, a produção de cebola na safra 2010/2011 foi muito prejudicada devido aos eventos climáticos, mais exclusivamente o excesso de chuvas, causou muitas perdas, como contaminação por fungos e podridão. O preço médio recebido pelo agricultor catarinense na safra 2010/2011 foi de R\$ 0,36 ao quilo, ou seja, bem inferior ao preço recebido na safra anterior, que ficou estimado em R\$ 0,89 ao quilo. Para os produtores de cebola, o resultado da safra 2010/2011 pode ser considerado péssimo, visto que o custo de produção estimado é de R\$ 0,34 ao quilo, resultando em prejuízo ou baixa lucratividade. As principais regiões produtoras de cebola em Santa Catarina são compostas por municípios do Alto Vale Do Itajaí, da grande Florianópolis, Planalto Catarinense e tem como polo de produção o município de Ituporanga.

A soja, que também está entre os produtos cultivados nas propriedades observadas, tem uma grande produtividade em Santa Catarina. Em 2010/2011 a produção de soja foi de 1.491 mil toneladas, em uma área de 457,4 mil hectares de terra. O rendimento médio foi de 3.260 quilos por hectare. Na região dos campos de Lages, a produção de soja foi de 38 mil toneladas em 2010, em uma área de 16 mil hectares, com rendimento médio de 2.442 quilos

por hectare. Em dezembro de 2011, o preço recebido pelos agricultores, segundo as maiores praças de Santa Catarina, foi de R\$ 40,89 para saca de 60 quilos. Em comparação do preço médio em pago em Santa Catarina, com o preço médio recebido pelo produtor (R\$ 22,80) que produz soja entre as propriedades observadas, a diferença é de R\$ 18,09.

O trigo é outra cultura produzida entre as propriedades observadas. São apenas 5 hectares de área, mas que para aquele produtor, é representativo em sua renda. Em Santa Catarina, na safra de 2010/2011, a produção foi de 241.093 toneladas, em uma área de 87.401 hectares. O rendimento médio foi de 2.758 quilos por hectare. Esta safra teve uma produção de 12,4% menor que a safra anterior, pois a área plantada foi reduzida em 25,4% em virtude dos preços baixos e dos do aumento dos custos. A produção só não teve queda maior porque o clima foi favorável na maior parte do tempo.

As principais microrregiões produtoras de trigo em Santa Catarina são Xanxerê, Chapecó, Curitibanos e Canoinhas, onde Canoinhas teve a maior produtividade por hectare, média de 2.931 quilos por hectare. Na microrregião dos Campos de Lages, a produção de trigo é pouco expressiva, são apenas 2.650 hectares de área produzindo 7.340 toneladas, e um rendimento médio de 2.770 quilos por hectare. O preço recebido pelo agricultor no segundo semestre de 2011, ficou em média de R\$ 23,00 por sacco de 60 quilos. O produtor de trigo observado na nossa pesquisa recebeu em média de R\$ 24,00 por sacco de 60 quilos.

Todas essas culturas expostas na tabela, segundo a Epagri, são classificadas como lavouras temporárias, pois são culturas onde o cultivo é de curta duração, geralmente inferior a um ano e que após a colheita a planta se destrói.

As propriedades além da atividade agrícola desenvolvem atividade pecuária. São 228 cabeças de ovinos, suínos e equinos que fazem parte do patrimônio das propriedades e compõe a renda das famílias. Na pecuária, verificamos a predominância da atividade de bovinocultura de corte, que está presente em 80% das propriedades e a bovinocultura de leite presente em 20% das propriedades. Apenas uma propriedade desenvolve somente uma atividade, cultivo de hortaliças.

Tabela 5. Produção - categoria animal

Categoria animal	Quantidade	Valor (R\$)
Gado de corte (cabeças)	141	169.190,00
Produto Animal (litros)	90.000	43.200,00
Total		212.390,00

Fonte: Epagri
Elaboração: Autora

Em Santa Catarina, a produção de leite tem aumentado gradativamente, em 2009, o Estado obteve uma produção de 2.237.800 litros de leite e um total de 933.643 vacas ordenhadas, com rendimento médio de 2.397 litros por vaca/ano. Entre 2005 e 2009, a produção catarinense cresceu em torno de 9,5% ao ano, porém em 2009 o crescimento foi mais ameno, mas neste ano a microrregião dos campos de Lages, foi a região que mais contribuiu para o crescimento estadual, com uma produção total de 66.186 litros por ano. No ano anterior, 2008, a produção da microrregião foi de 47.924 litros por ano. A região do Estado que mais se destaca na produção de leite, é o Oeste Catarinense, com uma produção de 1.618.968 litros em 2009. O preço médio do leite recebido pelos produtores em dezembro de 2011 foi de R\$ 0,72 (EPAGRI/CEPA, 2011).

Percebemos que as propriedades geralmente diversificam as atividades, não se concentrando em apenas uma. Esta é uma forma de trazer segurança, pois no meio rural, o risco de investir em apenas uma atividade é elevado, devido aos eventos climáticos, que tem causado muitos problemas aos agricultores de modo geral. A combinação é feita com uma ou mais atividades agrícolas e uma atividade pecuária. As propriedades em sua maioria possuem máquinas e implementos para desenvolver suas atividades, mas conforme observado, 50% das propriedades possuem implementos de tração animal, o que faz com que o produtor contrate máquinas de terceiros para plantio de aplicação de defensivos em suas propriedades, e este fator eleva o custo da atividade. Por este motivo, conforme veremos a seguir, o trator agrícola é objeto de financiamento para mais da metade das propriedades, e representa 94,3% do valor. É importante destacar que a máquina é elemento fundamental para desenvolvimento das atividades na agricultura e pecuária.

Tabela 6. Máquinas financiadas

Máquinas	Qtd	Total %	Valor (R\$)	Total %
Trator Agrícola	7	70,00%	506.750,46	94,24%
Plantadeira 4 linhas	1	10,00%	15.500,00	2,88%
Colhedora de milho ensacadeira	1	10,00%	8.000,00	1,49%
Batedeira Vencedora	1	10,00%	7.500,00	1,39%
Total	10	100%	537.750,46	100,00%

Fonte: Epagri
Elaboração: Autora

Porém, há também a necessidades dos implementos a serem acoplados as máquinas, pois são os implementos que vão executar os procedimentos que devem ser feitos na terra. Se o produtor estiver pensando em ampliar sua área de produção, adquirindo mais terras ou arrendamento, este pode ser considerado um bom investimento.

Tabela 7. Implementos financiados

Equipamentos	Qtd	Total %	Valor (R\$)	Total %
Carreta Agrícola	3	25,00%	11.650,00	19,90%
Giro Vicon pendular	1	8,33%	1.780,00	3,04%
Transferidor de leite canalizado	1	8,33%	4.500,00	7,69%
Resfriador de leite	2	16,67%	16.500,00	28,18%
Tarros para leite	2	16,67%	120,00	0,20%
Arado Subsolador	1	8,33%	7.500,00	12,81%
Grade	2	16,67%	16.500,00	28,18%
Total	12	100,00%	58.550,00	100,00%

Fonte: Epagri
Elaboração: Autora

Os produtores querendo melhores alternativas para suas propriedades buscam junto à cooperativa de crédito os recursos para melhoria das condições de trabalho e ampliação da área de plantio visando aproveitar melhor as suas terras.

Como podemos observar na tabela 6 e na tabela 7, os principais bens financiados são máquinas e implementos para satisfazer as necessidades da propriedade. A aquisição de tratores agrícola é observada em 70% das propriedades e muitas vezes acompanhada de implementos como plantadeiras, arados, grades e outros. Conforme levantamento agropecuário catarinense realizado em 2002/2003, o município de São José do Cerrito possuía 174 tratores agrícolas entre 50 CV e 85 CV. Certamente este número deve ter aumentado, pois

com a criação do programa Mais Alimentos, foram financiados muitos tratores, pois o limite do programa permitia o financiamento do trator.

Podemos verificar também entre os bens financiados, que a maior parte são para a atividade agrícola, e apenas 10% das propriedades investiram na pecuária leiteira. Este produtor que já trabalha com este produto está investindo na pecuária leiteira, ampliando sua atividade com aquisição de mais matrizes leiteiras, conforme pode ser visto na tabela 8.

Tabela 8. Animais financiados

Animal	Quantidade	Valor (R\$)
Vacas	4	6.000,00
Total	4	6.000,00

Fonte: Epagri
Elaboração: Autora

Destacamos que entre os financiamentos feitos, a propriedade que produz hortaliças fez financiamento para construção de uma unidade de produção de hortaliças no sistema hidropônico. A propriedade está modernizando seu meio de produção, pois a hidroponia é um sistema de cultivo dentro de estufas sem o uso do solo. A planta ganha os nutrientes que precisa para seu desenvolvimento através da água enriquecida com os elementos necessários. O produto final tem melhor qualidade do que os cultivados no solo, pois dentro na estufa são protegidos de insetos, animais, variações do clima e outros. Os produtos hidropônicos tem preço mais elevado para o consumidor se comparado ao produto tradicional.

Para o produtor o sistema é viável pois trabalha com tecnologia moderna, a produção fica higienizada, há maior controle da produção e a produção pode ser durante todo o ano. Muitos cuidados também devem ser tomados pelo produtor, pois deve prevenir-se contra falta de energia elétrica, exige conhecimentos técnicos, e uma planta doente pode contaminar toda a produção. Por isso, a atividade requer rotinas regulares de trabalho.

Com o investimento realizado, o trabalho tende a ser mais ágil, mais seguro, trazendo benefícios como aumento na produtividade, redução de custos com pagamento de horas a terceiros e a redução do esforço físico do trabalhador. Todos os benefícios em conjunto, proporcionam um acréscimo na renda da propriedade. E conforme já destacado por Kageyama

(2004) o desenvolvimento rural procura formas para reduzir custos e inserir novas tecnologias para tentar reconstruir a agricultura.

O associado está usufruindo dos recursos disponibilizados pelo Bndes através da cooperativa de crédito, investindo em sua propriedade, ampliando e modernizando a infraestrutura, proporcionando melhor beneficiamento dos produtos cultivados e outras atividades desenvolvidas.

Toda a atividade desenvolvida tem um custo de produção. Nas tabelas 9 a 11 a seguir, podemos observar os custos de produção das principais atividades desenvolvidas nas propriedades.

Tabela 9. Custeio do Feijão

Preparo do Solo	Valor (R\$)	Insumos	Valor (R\$)	Tratos Culturais Colheita	Valor (R\$)
Escarificação	1.280,00	Semente	15.660,00	Aplic. Cobertura	160,00
Plantio	5.420,00	Uréia	6.160,00	Aplic. Herbicida	4.135,00
Gradagem	640,00	Adubo	27.060,00	Colheita	18.160,00
Dessecação	1.275,00	Herbicida	12.630,00		
Total	8.615,00		61.510,00		22.455,00

Fonte: Epagri
Elaboração: Autora

Para o desenvolvimento de cada cultura, os itens que compõe o custeio são diversos e cada um com valor considerável. Para a cultura de feijão, quatro momentos foram identificados. Primeiramente é necessário fazer o preparo do solo, que consiste na escarificação¹, gradagem, dessecação e plantio. Estes procedimentos são realizados com máquinas e implementos agrícolas. No segundo momento, são necessários os insumos, dentre eles, semente, uréia, adubo e herbicidas e posteriormente a plantação necessita dos tratos culturais, que são classificados e aplicação de herbicidas e adubação. Por final, vem a colheita. O custo para a produção de 70 hectares de feijão é aproximadamente R\$ 92.580,00, ou seja, em média R\$ 1.322,00 por hectare. A produção de feijão por hectare é em média 36 sacas e a receita, numa média de R\$ 2.950,00 por hectare.

¹ Técnica de desagregar e revolver a terra a fim de facilitar a escavação.

Tabela 10. Custeio do Milho

Preparo do Solo	Valor (R\$)	Insumos	Valor (R\$)	Tratos Culturais Colheita	Valor (R\$)
Escarificação	6.500,00	Semente	3.600,00	Aplic. Cobertura	1.540,00
Plantio	3.010,00	Uréia	5.240,00	Aplic. Herbicida	1.400,00
Gradagem	3.250,00	Adubo	11.570,00	Colheita	12.040,00
		Herbicida	13.350,00		
Total	12.760,00		33.760,00		14.980,00

Fonte: Epagri
Elaboração: Autora

A cultura de milho é semelhante à cultura de feijão, porém os custos são outros. O preparo do solo consiste em escarificação, gradagem e plantio. Insumos como herbicida, ureia, adubo e semente são produtos com preço mais elevado, ficando num valor aproximado a R\$ 33.760,00. Tratos culturais e colheita também fazem parte da produção de milho. O custo total aproximado para o cultivo de 70,5 hectares é de R\$ 61.500,00. Custo médio por hectare é de R\$ 873,00 e produtividade média de 101 sacas por hectare.

Tabela 11. Custeio da Cebola

Preparo do Solo	Valor (R\$)	Insumos	Valor (R\$)	Tratos Culturais Colheita	Valor (R\$)
Sulcamento	240,00	Semente	3.200,00	Aplic. Defensivos	3.760,00
Semeadura	480,00	Uréia	720,00	Capina de Repasse	960,00
Aração	1.600,00	Adubo	3.840,00	Colheita	2.880,00
Transplante	2.400,00	Herbicida	7.200,00	Transporte interno	800,00
		Pó de Serra	400,00		
Total	4.720,00		15.360,00		8.400,00

Fonte: Epagri
Elaboração: Autora

O custo para a plantação da cebola é elevado, um hectare de cebola custa em média R\$ 3.500,00 onde o maior custo se concentra nos insumos.

Tabela 12. Custo de produção produtos agrícolas

Cultura	Custo total (R\$)
Custeio Feijão	92.580,00
Custeio Milho	61.500,00
Custeio Cebola	28.480,00
Custeio Soja	15.365,00
Custeio Trigo	7.176,10
Hortaliças	3.900,00
Total	209.001,10

Fonte: Epagri

Elaboração: Autora

Na tabela 12, é apresentado o custo total para produção do produto. Esses custos consistem nos elementos já especificados nas tabelas acima, com exceção da soja e do trigo, que não foram discriminados devido a área plantada não ser significativa comparada as outras culturas de cereais.

Todas as famílias declararam ter, além das despesas para cultivo e desenvolvimento das atividades, despesas para manutenção familiar, que consiste nos itens básicos para sobrevivência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura familiar foi reconhecida no Brasil pela sua importância em gerar empregos no campo e por produzir alimentos para suprir as necessidades de consumo da população urbana e para manter os indivíduos no meio rural.

A microrregião dos campos de Lages, onde está localizado o município de destaque neste trabalho, São José do Cerrito, é uma região que carece de muitos recursos e depende de investimento. Porém, o agricultor familiar pode encontrar na cooperativa de crédito, uma alternativa para melhorar sua condição de vida. Neste município, a cooperativa de crédito desempenha papel fundamental, proporcionando a seus associados a busca por melhores condições de trabalho, aumento da produtividade e consequentemente aumentando a renda das unidades familiares. Isto demonstra que a linha de crédito desenvolvida pelo governo federal exclusivamente para os agricultores familiares é a melhor forma para o financiamento da agricultura. Estes fatores servem de estímulo à população rural, evitando a migração da população rural para a zona urbana das cidades.

A cooperativa de crédito atua como um agente importante do Pronaf, fazendo com que os recursos cheguem de forma mais ágil e prática ao agricultor familiar. Assim, a Credicaru está contribuindo para o desenvolvimento da região, que tem sua economia baseada na agropecuária. Com os recursos dos investimentos realizados pelos produtores observados, foi agregado a economia local aproximadamente R\$ 640 mil.

O crédito proporciona ao agricultor familiar ampliar suas relações com o ambiente socioeconômico, agregando os avanços tecnológicos, beneficiando-se da assistência técnica, entre outros mais, movimentando o comércio e os serviços da cidade, seja na medida da compra de seus insumos para produção, ou na venda de seus produtos. Assim, os efeitos multiplicadores refletir-se-ão no aumento da produção das propriedades incrementando a economia local, tendo nos gastos dos produtores a renda necessária para impactar positivamente nas relações com outras áreas e setores.

Nesta região do estado de Santa Catarina, a agricultura familiar é bastante diversificada. Esta característica fica evidente quando observamos os produtos cultivados nas dez propriedades observadas em nossa análise, são aproximadamente oito tipos de atividades

desenvolvidas. Os perfis dos agricultores familiares observados possuem baixo nível de escolaridade e diversificam os produtos cultivados para diluir os custos e obter mais renda, aproveitando melhor as oportunidades climáticas, a mão de obra e o melhor aproveitamento da terra.

O investimento na propriedade trás uma série de benefícios para o produtor familiar, pois além de trazer melhorias para a unidade familiar, está contribuindo para o desenvolvimento econômico que se caracteriza pelo aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante. Os bens adquiridos contribuem para o desenvolvimento da economia local, pois eles dependem e precisam dos serviços de manutenção, insumos, combustíveis e outros itens para funcionamento, ou seja, o bem adquirido pelo produtor familiar gera um movimento na econômica local.

O investimento, além de trazer o benefício para a unidade familiar, melhorando a infraestrutura física, faz com que o produtor tenha maior orientação técnica sobre suas atividades, pois ele procura a instituição especializada para elaboração do projeto técnico, neste caso a Epagri. A partir deste momento, o profissional da área passa a fornecer assistência técnica ao produtor, passando informações sobre as formas de desenvolver as atividades, as melhores opções de culturas para o local entre outras.

RECOMENDAÇÕES PARA PESQUISAS FUTURAS

Além das ideias levantadas e do material investigado, outros elementos podem ser pesquisados, tais como os sugeridos abaixo:

1. Investigar a economia regional e local a partir dos resultados, dado volume e a utilização dos objetos dos financiamentos para que sejam avaliados e desta forma, implementar novas políticas para beneficiar este setor da economia do desenvolvimento rural;
2. Investigar porque os bancos comerciais demonstram pouco interesse em trabalhar com o público do meio rural e a agricultura familiar;
3. Avaliar a satisfação do agricultor com relação aos serviços oferecidos pelas cooperativas de crédito rural.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, São Paulo, v. 15, n. 1, p.132-152, 30 abr. 1998. Quadrimestral. Disponível em: <http://webnotes.sct.embrapa.br/cct/CCT.nsf/58746210a581b93703256a2c0046705e/9c32794138872c2703256bd0004d4fe5?OpenDocument> . Acesso em: 31 ago. 2011.
- ALVIM, Valdir. **Curso de graduação em Ciências Econômicas à distância: Economia Agrícola**. Florianópolis: UFSC, 2009. 124 p.
- SACCO DOS ANJOS, Flávio. Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Sul do Brasil. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 20, n. 1, p.11-44, 30 abr. 2003.
- BACEN - Banco Central do Brasil. Disponível em <http://www4.bcb.gov.br/NXT/gateway.dll?f=templates&fn=default.htm&vid=nmsGeropMCR:dvGeropMCR/> Acesso em: 10 junho 2012.
- BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Disponível em http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Programas_e_Fundos/pronaf.html/ Acesso em: 10 junho 2012.
- BRASIL. Lei n. 11.326, 24 jul. 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 24 jul. 2006. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm Acesso em: 03 jul. 2011.
- BRASIL. Lei n. 4.504, 30 nov. 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providencias. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 30 nov. 1964. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4504.htm Acesso em: 03 jul. 2011.
- BRASIL. Lei n. 5.763, 16 dez. 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades Cooperativas, e dá outras providencias. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 dez. 1971. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5764.htm Acesso em: 03 jul. 2011.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **O Conceito Histórico de Desenvolvimento Econômico**. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2006/06.7-ConceitoHistoricoDesenvolvimento.pdf> Acesso em: 11 abril 2012.
- BURIGO, Fabio Luiz. **Cooperativa de crédito rural: agente de desenvolvimento local ou banco comercial de pequeno porte?** Chapecó: Argos, 2007. 135 p.
- BURIGO, Fabio Luiz. **Finanças e Solidariedade cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil**. Chapecó: Argos, 2010. 454p.
- CEPA/EPAGRI – Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola. Disponível em <http://cepa.epagri.sc.gov.br/> Acesso em 14 maio 2012.

GUANZIROLI, Carlos Enrique; CARDIM, Silvia Elizabeth de C. S. (Org.). **Novo Retrato da Agricultura familiar: O Brasil Redescoberto**. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO. Disponível em: <portal.mda.gov.br/o/899430>. Acesso em: 16 jun. 2012.

HORN, Débora (Ed.). **Sicoob Santa Catarina 25 anos: Cooperação, Solidariedade e Desenvolvimento**. Florianópolis: Relata Editorial, 2010. 151 p.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> / Acesso em: 10 junho 2012.

KAGEYAMA, Angela. Desenvolvimento Rural: conceito e medida. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 21, n. 3, p.379-408, 01 dez. 2004. Disponível em: <http://webnotes.sct.embrapa.br/pdf/cct/v21/v21n3p379.pdf> . Acesso em: 01 jul. 2011.

LLORENS, Francisco Albuquerque. **Desenvolvimento Econômico Local: caminhos e desafios para a construção de uma nova agenda política**. Rio de Janeiro: BNDES, 2001. 232 p.

MDA – Ministério Desenvolvimento Agrário. Disponível em <http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/maisalimentos/> Acesso em 21 maio 2012.

MONTOYA, Marco Antonio (Org.). **Aspectos regionais do crédito rural: governo, cooperativas e informalidade**. Passo Fundo: UPF, 2002. 131 p.

OCESC – Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina. Disponível em <http://www.ocesc.org.br/> Acesso em: 03 julho 2011.

NISK, Felipe Macedo. **O Cooperativismo de crédito e a bancarização no Brasil: transformação nos aspectos institucionais de seu desenvolvimento**. Florianópolis, 2011. 76 p. Monografia (Economia) – UFSC.

PINHEIRO, Marcos Antonio Henriques. **Cooperativas de Crédito: História da evolução normativa no Brasil**. 5. ed. Brasília: BCB, 2007. 94 p.

PORTUGAL, Alberto Duque. **O Desafio da Agricultura Familiar**. Disponível em: <http://www.embrapa.br/imprensa/artigos/2002/artigo.2004-12-07.2590963189/>. Acesso em: 07 dez. 2004.

SCHNEIDER, Sergio; MATTEI, Lauro; CAZELLA, Ademir Antonio. **Histórico, Caracterização e dinâmica recente do PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. Disponível em: http://www.ufcg.edu.br/~cedrus/downloads/schneider/historico_pronaf.pdf Acesso em: 11 abr. 2012.

SICOOB/SC – Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil. Disponível em <http://www.sicoobsc.com.br/> Acesso em: 11 junho 2012.

SIQUEIRA, Tagore Villarim de; SIFFERT FILHO, Nelson Fontes. Desenvolvimento Regional no Brasil: Tendências e Novas Perspectivas. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p.79-118, 30 dez. 11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CERRITO. Disponível em <http://www.cerrito.sc.gov.br/home/index.php?/> Acesso em 07 junho 2012.